

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO: UMA SAÍDA PARA A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL? ¹

Ualter dos Santos Rojas

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

ualterrojas1@gmail.com

Marilda de Oliveira Costa

Universidade do Estado de Mato Grosso

marilda.costa@unemat.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Nos últimos anos, o Brasil tem aprofundado políticas neoliberais e neoconservadoras que redefinem o papel do Estado na oferta de serviços essenciais, incluindo a educação. Como apontam Adrião (2018) e Peroni (2020), esse movimento amplia a privatização da educação pública por meio da gestão terceirizada de escolas, adoção de sistemas privados de ensino e contratação de profissionais via empresas. Inserida em um contexto global de austeridade fiscal e busca por eficiência administrativa (Ball, 2014; Saura, 2016), a terceirização emerge como um dos principais mecanismos de mercantilização da educação, precarizando o trabalho docente (Venco, 2019).

Em Mato Grosso, a terceirização nas redes municipais de ensino cresce impulsionada por restrições fiscais e políticas baseadas na nova gestão pública. Sob a justificativa de modernização e contenção de gastos, prefeituras transferem funções antes públicas para empresas privadas, aproximando-se do modelo de "quase-mercados" educacionais. Como alertam Adrião e Domiciano (2020), essa descentralização compromete a autonomia escolar e impõe currículos padronizados, distantes das realidades locais.

¹ Este trabalho é um recorte da pesquisa intitulada "Privatização e Mercantilização da educação básica em municípios mato-grossenses na pandemia, entre 2020 e 2021" financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso através do Edital nº 008/2022.

Desta forma, apresentaremos neste trabalho um recorte da pesquisa “Privatização e Mercantilização da educação básica em municípios mato-grossenses na pandemia, entre 2020 e 2021” desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Políticas e Gestão Educacional (GEPEPE). Buscamos apresentar as principais atividades terceirizadas pelas redes municipais de ensino, além dos valores gastos durante o período do estudo.

DESENVOLVIMENTO

A terceirização irrestrita dos postos de trabalho na educação pública pode ser compreendida como um processo em que não apenas as atividades-meio, tradicionalmente passíveis de delegação a terceiros, mas também as atividades-fim da educação – incluindo a docência e a gestão escolar – passam a ser desempenhadas por profissionais contratados via empresas privadas. Esse fenômeno se intensifica a partir da flexibilização das normativas trabalhistas e da reorganização do setor público sob a lógica neoliberal, no qual o Estado reduz progressivamente sua participação direta na prestação dos serviços educacionais. Conforme Rojas (2024), a terceirização irrestrita se consolida quando as prefeituras passam a utilizar o elemento orçamentário "3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica" como forma de ocultar a precarização do trabalho docente, permitindo a contratação de profissionais sem vínculo empregatício estável e sem garantias trabalhistas equiparáveis às dos servidores efetivos.

A Lei Complementar nº 101/2000 emerge como um elemento central nesse processo, uma vez que impõe limites rígidos aos gastos com pessoal, incentivando gestores municipais a buscarem alternativas para o cumprimento das metas fiscais. Segundo Di Pietro (2020), a terceirização tem sido utilizada como uma estratégia de "flexibilização" das despesas, permitindo que contratações ocorram sob rubricas orçamentárias que não são classificadas como gastos com pessoal. Esse expediente, conforme aponta Carvalho Filho (2022), tem sido amplamente adotado na administração pública para reduzir os impactos da folha de pagamento e atender às exigências da LRF, ao mesmo tempo em que precariza as relações de trabalho.

O fenômeno da privatização na educação, particularmente na sua forma de terceirização irrestrita, não pode ser analisado de maneira isolada, pois se insere em um

movimento mais amplo de reorganização das políticas educacionais no Brasil. Martins, Souza e Pina (2020) evidenciam que essas transformações decorrem da influência de organismos internacionais e de reformas neoliberais que passaram a estruturar a atuação do Estado sob a ótica da eficiência gerencial. Esse modelo, que desloca o foco da educação do interesse público para a lógica da eficiência mercadológica, compromete o direito constitucional à educação de qualidade, uma vez que as decisões pedagógicas passam a ser orientadas por interesses econômicos em detrimento das especificidades locais e das necessidades educacionais das comunidades atendidas.

Além disso, como observam Costa e Domiciano (2020), torna-se imprescindível refletir sobre os mecanismos institucionais e jurídicos que têm possibilitado essa expansão, especialmente no que se refere à flexibilização das normas de financiamento educacional e à crescente mercantilização do ensino público. Neste sentido, o quadro 1 apresenta um panorama dos valores gastos em alguns dos municípios do estado de Mato Grosso ao longo do período da pesquisa.

Quadro 1 – Valores gastos por municípios entre 2018 a 2021 com terceirização na educação

Município	Habitantes (Censo de 2022)	Principais funções terceirizadas	Elemento de Despesa	Valor do Contrato*
Campo Verde	44.033	- Limpeza - Nutrição Escolar - Recepcionista	3.3.90.39	R\$ 1.771.944,45
Cáceres	95.339	- Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	3.3.90.39	R\$ 1.180.673,57
Cuiabá	623.614	- Limpeza - Nutrição Escolar - Recepcionista - Auxiliar administrativo	3.3.90.39	R\$ 1.469.129,03
Sinop	148.960	- Limpeza - Nutrição Escolar - Recepcionista - Auxiliar administrativo - Técnico Administrativo - Pedagogo	3.3.90.39	R\$ 5.947.812,74
Rio Branco	5.147	- Auxiliar Administrativo - Técnico de Desenvolvimento Infantil	3.3.90.39	R\$ 79.716,35

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Legenda: * Valores atualizados com base no IPCA data base 12/2024.

A análise dos dados revela o crescimento da terceirização na educação municipal de Mato Grosso, seguindo uma tendência nacional impulsionada pela flexibilização fiscal e pela gestão neoliberal do setor público (Ball, 2014; Adrião, 2018). Esse processo não se restringe às atividades-meio, mas avança sobre funções pedagógicas e administrativas, como observado em Sinop, onde pedagogos e técnicos administrativos também são terceirizados. Tal prática reforça a terceirização irrestrita dos postos de trabalho (Rojas, 2024), na qual o Estado financia a educação, mas transfere sua execução ao setor privado, comprometendo a estabilidade profissional e a continuidade pedagógica.

Os valores contratados variam significativamente entre os municípios, refletindo diferenças na escala populacional e na priorização da terceirização. Sinop, por exemplo, investiu R\$ 5,9 milhões, superando Cuiabá, o que sugere maior dependência desse modelo. O uso do elemento orçamentário "3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica" contorna os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Di Pietro, 2020), mascarando a precarização do trabalho docente e administrativo. Como apontam Adrião e Domiciano (2020), essa estratégia fragiliza a autonomia pedagógica, amplia a rotatividade profissional e transforma a educação pública em um nicho de mercado, comprometendo seu caráter social.

CONCLUSÃO

Diante da crescente terceirização na educação pública municipal de Mato Grosso, evidencia-se um processo que vai além da simples reorganização administrativa, configurando-se como um avanço da privatização e da precarização do trabalho educacional. A análise dos dados revela que essa estratégia, muitas vezes justificada pela contenção de gastos e pela necessidade de atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, resulta na perda de autonomia pedagógica, na rotatividade de profissionais e na fragilização das condições de trabalho. Assim, a terceirização irrestrita compromete a continuidade das políticas educacionais e fortalece a influência do setor privado na gestão da escola pública.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. M. F. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, 14(30), 668–684, 2020.

BALL, S. J. **Educação S.A.:** Entendendo a participação do setor privado na educação pública. São Paulo: Xamã, 2007.

CARVALHO FILHO, J. S. Terceirização no Setor Público: encontros e desencontros. *In: Terceirização na Administração Pública*. PAIM, F. V.; FORTINI, C. (Orgs.). Belo Horizonte: Fórum, 2022.

COSTA, M. O.; DOMICIANO, C. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. **Educar em Revista**. 2020, v. 36, e70086.

DI PIETRO, M. S. Z. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MARTINS, A. S.; SOUZA, C. A.; PINA, L. D. Empresas Sociais e a Privatização de Novo Tipo da Educação Básica: Um Estudo sobre a Relação Público-Privada em Cidades de Minas Gerais-Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 28(183), 2020.

ROJAS, U. S. **A Nova Dimensão da Privatização em Educação:** Mapeamento do Avanço das Terceirizações Irrestritas no Orçamento da Educação nas Redes Públicas Municipais de Mato Grosso. (Dissertação/Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso, 2024.

SAURA, G. Neoliberalismo como discurso. La evaluación en educación entre tecnologías políticas neoliberales y la nueva filantropía. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**. n. 47, 2016, p. 11-30.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00207317, 2019.